

Memória histórica da pedagogia multirracial no Rio de Janeiro na década de 1980: o protagonismo de Maria José Lopes da Silva¹

Ivan Costa Lima²

Resumo: O artigo resalta o pensamento de Maria José Lopes da Silva, na elaboração de uma proposição pedagógica, na década de 1980 (séc. XX), em seus elementos sociais, políticos e culturais, como contribuição para a reflexão sobre o racismo na sociedade brasileira, evidenciando ser a educação uma das ferramentas importantes para se fazer frente as desigualdades sociais. Esta trajetória de constituição da pedagogia integra a tese de doutorado defendida na Universidade Federal do Ceará, e tem como aporte metodológico uma perspectiva sócia histórica, com uso da história oral temática, a partir dos relatos orais e de materiais escritos desta militante negra, de forma a contribuir para a reelaboração da história da educação do negro no Brasil. Assim, no Rio de Janeiro surge uma pedagogia inovadora, num período em que se estudava as influências do multiculturalismo na educação brasileira, com um posicionamento crítico a pedagogia multirracial vai ter por base a atuação profissional, política e uma trajetória militante no Movimento Negro carioca de Maria José e de um grupo de educadores(as) que a forjam como uma intervenção nos sistemas de ensino. Conclui-se que o resultado deste pensamento, fundado por uma mulher negra na Cidade Maravilhosa, foi a repercussão da proposição por vários estados do país, contribuindo neste período para a implementação de políticas públicas voltadas para a população negra e afirmação de uma fase propositiva do Movimento Negro.

Palavras-chave: Pedagogia multirracial. Pensamento negro em Educação. Negro e Educação. Maria José Lopes da Silva. Movimento negro carioca.

Abstract: The article highlights the thinking of Maria José Lopes da Silva in the elaboration of a pedagogical proposition in the 1980s, in its social, political and cultural elements, as a contribution to the reflection on racism in Brazilian society, evidencing that education is one of the important tools to face social inequalities. This trajectory of pedagogy formation integrates the doctoral thesis defended at the Federal University of Ceará, and has as a methodological contribution a historical partner perspective, using thematic oral history, from the oral reports and written materials of this black militant, so to contribute to the re-elaboration of the history of black education in Brazil. Thus, in Rio de Janeiro an innovative pedagogy arises, in a period in which the influences of multiculturalism in Brazilian education were studied, with a critical positioning the multiracial pedagogy will be based on the professional, political and militant trajectory in the Carioca Negro Movement of Maria José and a group of educators who forge it as an intervention in education systems. It is concluded that the result of this thought, founded by a black woman in the Marvelous City, was the

¹ Uma versão reduzida dos depoimentos de Maria José Lopes da Silva foi publicada no livro: SILVA, Joselina; PEREIRA, Amauri Mendes (2014), O Movimento de Mulheres negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil.

² Doutor em Educação, Universidade Federal do Ceará. Professor adjunto da Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira – Redenção-Ceará. Atuando no Instituto de Humanidades e Letras (IHL), bacharelado em Humanidades (BHU) e curso de Pedagogia, de base afro centrista. E-mail: ivanlima@unilab.edu.br

repercussion of the proposal by several states of the country, contributing in this period to the implementation of public policies directed to the black population and affirmation of a propitious phase of the Black Movement.

Keywords: Multi-racial pedagogy. Black Thinking in Education. Black and Education. Maria José Lopes da Silva. Carioca black movement.

Historical memory of multiracial pedagogy in Rio de Janeiro in the 1980s: the protagonism of Maria José Lopes da Silva

Introdução

No curso do processo cotidiano das experiências sociais e históricas, as ideias dos negros sobre o processo educacional assumem um caráter de denúncia e, posteriormente, de proposições ligadas às intenções e finalidades concretas, na perspectiva que o espaço educacional possa contribuir na construção de novos entendimentos sobre seu papel no debate das relações raciais.

Ao iniciar-se o debate de uma escola plural ou inclusiva, tem-se que reconhecer as falhas que a história da escolarização formal apresenta. Assim, problematizar a estrutura institucionalizada implica um questionamento da compreensão dada sobre a cultura dominante e sobre o conhecimento escolar na ótica de se introduzir outros saberes na perspectiva da desconstrução dos ranços da estigmatização e inferiorização dos historicamente excluídos.

Nesta direção, os estudos apresentados por cientistas sociais, educadores e militantes do movimento negro, apontam em seus trabalhos a profunda marginalização dos setores populares (VALE, 1996) e, em especial, a dos negros. A noção de exclusão é procedente para ajudar a caracterizar os grupos que sempre estiveram à margem da sociedade. Desta forma, para além da denúncia do racismo e das desigualdades raciais perpetuadas historicamente nos sistemas de ensino, o Movimento Negro tem elaborado propostas pedagógicas e de intervenção, em contraposição a um cotidiano singular e etnocêntrico nos espaços educacionais.

Neste sentido, a necessidade de ampliar pesquisas que possam contribuir no debate e visibilizar as implicações teóricas e políticas do referencial construído pelo povo negro dentro

de suas organizações. Pois, o MN não tem conseguido de forma sistemática divulgar os fundamentos, que norteiam os projetos de educação de suas entidades, quando da elaboração e intervenção junto aos sistemas de ensino. Consequência, em parte de um número reduzido de interlocutores, dentro e fora do próprio MN, que possam contribuir em ampliar os espaços de reflexão social e de atualizar a pluralidade de ações, práticas e pensamentos construídos dentro dos movimentos sociais de forma mais ampla e completa.

Pois, como bem nos alerta Garcia (2001) é preciso lembrar que o paradigma da modernidade toma como referência a modernidade ocidental, que para se tornar hegemônico, silenciou outras epistemologias, tradições culturais, projetos de sociedade alternativos. Essas vozes silenciadas começam a se fazer ouvir, tradições e projetos alternativos reaparecem, povos um dia colonizados reescrevem a sua história, o neocolonialismo é denunciado, grupos se organizam, criando novas formas de relações mais solidárias e igualitárias, velhas utopias se atualizam.

No caso do povo negro, o debate sobre suas propostas pedagógicas se relaciona ainda ao descortinar da falácia da “democracia racial”, que apesar das críticas por parte de inúmeros intelectuais, continua a ser um ideário que afirma a existência de oportunidades iguais entre negros e brancos no Brasil. Demarcar os pressupostos e os referenciais das organizações negras é de fundamental importância, pois além de se lançar uma denúncia sobre o discurso da democracia racial, buscam consolidar a necessidade de aplicação de políticas públicas que promovam mudanças nos sistemas de ensino.

A emergência de um mergulho nestas questões pode contribuir, sobretudo, para não minimizar as dificuldades enfrentadas pelo Movimento Negro, trazendo à tona suas diferenças, divergências e dinâmicas, pois é certo que o MN não é monolítico e que sejam respeitadas suas características múltiplas, de forma a se configurar um amplo leque de reflexões sobre a luta antirracista no Brasil.

Com isso, na atualidade de forma contundente observa-se expressões da luta social, organizada por diferentes atores, que buscam a efetivação do ideal de cidadania, tão amplamente almejada. Neste sentido, o Movimento Negro (MN), em diversos pontos do país, expressa direitos históricos ainda destituídos de pleno alcance por parte da população negra, em especial o universo educacional. Apesar disto, o Movimento Negro vai se constituir, em situação de cooperação entre si na luta pelos direitos sociais com variados setores, que muito lentamente vão compreender o alcance desta temática para o processo de democratização num contexto sócio-político particular de negação da existência do racismo.

Desta forma, apresentamos trajetórias históricas de uma ativista negra, desenvolvida na tese de doutorado defendida no programa de pós-graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, na linha de pesquisa “Movimentos sociais, educação popular e escola”. O tema central foi reconstituir o processo de organização de pedagogias formuladas pelo Movimento Negro no Brasil, nas cidades do Rio de Janeiro e Florianópolis (SC) em diferentes tempos e espaços.

Para tanto, discutiu-se a constituição do Movimento Negro como pano de fundo necessário ao processo que leva à constituição das propostas pedagógicas em cada um destes estados, buscando-se contextualizar que a educação está atravessada por injunções históricas, políticas e sociais.

Na investigação apresenta-se diferentes pessoas e organizações negras no Brasil, que vai do final da década de 70, do século XX, ao início do XXI. Tendo a Pedagogia Multirracial sido desenvolvida por Maria José Lopes da Silva, no Rio de Janeiro, na década de 80 (SILVA, 2002). Em seguida, o desdobramento e novas abordagens desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos Negros (NEN) de Florianópolis, com a Pedagogia Multirracial e Popular, no início de 2000, tese defendida em 2009.

O propósito deste texto está na reconstituição das diferentes trajetórias do Movimento Negro carioca e como essa mobilização produz diferentes interseções, notadamente, entre duas conexões: o protagonismo de uma mulher negra e o debate educacional.

Para isso, tem-se como base entrevistas semiestruturadas junto aos integrantes do MN do Rio de Janeiro, e da análise dos documentos produzidos sobre os temas abordados. O estudo teve como referencial teórico-metodológico uma perspectiva social e histórica (FENELON, 2000), considerando os sujeitos, suas origens e as relações sociais, que se estabeleceram nas trajetórias dos sujeitos envolvidos. Essa visão histórica foi combinada com o uso da História Oral temática (MEIHY, 2002), como possibilidade de aprofundar os significados do universo cultural e político dos integrantes desse movimento e seus reflexos nas políticas educacionais no Brasil.

A partir do ressurgimento das organizações do Movimento Negro no Brasil, tendo como marco a década de 70, considera-se a educação como uma das políticas públicas indispensáveis para a organização dos setores marginalizados. Foi com essa concepção que este movimento buscou na sua trajetória construir e desenvolver propostas pedagógicas, no sentido de modificar o espaço da educação.

Este debate torna-se relevante, na medida em que, alguns estudos acerca da educação popular (VALE, 1996) apresentam embates na sociedade, tendo como ponto de vista apenas as relações de classe. Argumentamos que estas relações constituem apenas um polo e que, portanto, é necessária uma análise que dê atenção particular as relações raciais, pois vivemos dentro de uma sociedade estruturada segundo estas categorias, que estão, em nosso entender, reciprocamente relacionadas.

Desta forma, situamos o Movimento Negro como as diversas formas de organização de negros e negras, que historicamente têm lutado contra o julgo da exploração, da exclusão social, política e econômica desta população (CUNHA JÚNIOR, 1992). Em especial indicar a partir de Matos (1999, p. 126) que “[...] o Movimento Negro enquanto luta de grupos organizados contra o racismo nasce antes de 1888, desde o seu desdobramento do solo africano, nos navios de travessias, como atestam as análises e relatos históricos sobre quilombos [...]”.

Observamos que, tais organizações apresentam para a sociedade brasileira a necessidade de discussões sobre os mecanismos e as práticas discriminatórias, que ainda recaem sobre a população negra em vários campos do tecido social, entre eles o educacional. Este debate e as formas que assumem configuram o MN como uma força política, que vai questionar e propor ações governamentais, que combatam as desigualdades raciais existentes.

Neste sentido, no campo educacional a discussão das relações raciais tem sido fomentada de forma crítica, em face ao advento de uma legislação educacional, como a lei 10639/03³, entre outras políticas educacionais. Como também a denúncia das consequências das desigualdades sociais para o ensino brasileiro, baseado em experiências de intervenções das entidades negras, que buscam promover mudanças no cotidiano escolar e fora dele (GOMES, 1997; SILVA, 1997, entre outros).

Em diferentes pontos do país, estudos têm privilegiado a articulação entre raça e educação em perspectivas diversas: alguns se voltaram para o dimensionamento das desigualdades entre brancos e negros no acesso as oportunidades educacionais (HASENBALG, 2005), os estudos de Rosemberg (1996) no que concerne a escolarização das crianças negras, são exemplos que explicitam as desigualdades existentes. Por outro lado, trabalhos de denúncia sobre os livros didáticos (SILVA, 1995), da proposição de conteúdos

³ Legislação federal que alterou a LDB 9.394/96 e obriga o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nos sistemas de ensino público e privado, advindo dela a diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais, em 2003.

da história e da cultura negra (MUNANGA, 2009) até a formação de educadores/as para o trato da diversidade.

Contudo, ainda são limitados os estudos que abordam ideias pedagógicas protagonizadas por este segmento social. Discutimos haver um desconhecimento na sociedade e na história da Educação brasileira sobre este tema, em parte pela carência de fontes e, por outro lado, pelo desconhecimento das abordagens e práticas educativas dos pesquisadores e movimentos sociais negros no país (ROMÃO, 2009).

Com isso o estudo se apresenta como uma contribuição na superação deste problema em pesquisas educacionais. A partir dos projetos educacionais do MN indagamos: Como estas propostas se constituem numa sociedade marcadamente discriminatória? Quais seus limites e avanços para a alteração dos sistemas de ensino?

Assim, na tentativa de responder estas questões buscamos contextualizar as propostas de intervenções do MN, ampliando sua importância no campo acadêmico. Tendo em vista, o que apresenta Cunha Júnior (1999, p. 22), quando discute que os temas mais trabalhados em pesquisas universitárias, envolvendo afrodescendentes⁴ e educação se referem a sala de aula, ao currículo (explícito e oculto) e “relações étnicas e de poder no espaço escolar. Praticamente a maioria dos trabalhos, de alguma forma, enfoca a temática da identidade étnica e as representações sociais”.

Significa, pois, com este estudo recolocar a dimensão pedagógica, dando visibilidade a produção de conhecimento efetuada pelo Movimento Negro (MN), ao longo de sua trajetória histórica e cultural, ampliando novos questionamentos e reflexões, que na contemporaneidade possam dar suporte a história da Educação no debate das relações raciais no Brasil.

Ressaltamos que tal investigação se relaciona com nossa trajetória acadêmica, que busca compreender e explicar os diferentes projetos educativos, que se configuram na diversidade das práticas dos movimentos sociais no Brasil, em especial, a trajetória do Movimento Negro. Como também, pelas reflexões concebidas por nossa vivência no Movimento Negro, como fundador do Núcleo de Estudos Negros (NEN), entidade do

⁴ Este conceito é formulado pelo autor e tem como base comum as diversas etnias e nações de origem africanas; não é único e se preocupa com os graus de mesclas interétnicas no Brasil. Estas etnias são diversas e não se constituem de fenótipos, ou em conceitos biológicos filtrados por elaboração em torno da ideia de raça. Neste trabalho estarei utilizando “negros” para identificar os descendentes de africanos, tendo em vista sua utilização histórica em contraponto às ideias racialistas baseadas em condicionantes biológicos

movimento negro de Florianópolis, Santa Catarina, na década passada, que entre outras questões toma a educação como espaço de luta contra o racismo⁵.

Na esteira de reconstituir a ação política do Movimento Negro (MN), discorremos ser essas proposições pedagógicas, como parte da retomada dos movimentos populares na década de 1970. Para o MN, essas ideias se configuram como continuidade de uma trajetória de luta e de resistência do povo negro, que remonta aos quilombos, aos terreiros, as irmandades, aos grupos, associações, imprensa negra, até as organizações atuais.

Neste processo histórico de mobilizações, tem-se a divulgação de estudos apresentados por cientistas sociais, educadores e militantes do Movimento Negro, que indicam a profunda marginalização dos setores populares e, em especial, dos negros/as, indicando o sistema escolar como reprodutor das desigualdades raciais (HASENBALG, 1988; ROSEMBERG, 1999).

Em face disto, apontamos que para além da denúncia do racismo e das desigualdades perpetuadas historicamente nos sistemas de ensino, o Movimento Negro elaborou pedagogias como estratégia de intervenção, em contraposição a um cotidiano singular e etnocêntrico nos espaços educacionais.

Esta perspectiva histórica foi combinada com o uso da história oral, como possibilidade de aproximação dos significados sobre o universo do Movimento Negro, da cultura nacional e das políticas educativas no Brasil. Assim, tendo como característica a abordagem da memória como fonte de conhecimento, significando uma tentativa de apreender o Movimento Negro e seus atores sociais, como impulsionadores de suas proposições na perspectiva de mudanças estruturais na educação, a partir de suas próprias falas, produções teóricas e exercício do recontar. A partir desta consideração, compreende-se que toda experiência humana se torna fonte de conhecimento e envolve todo um contexto social e cultural (MEIHY, 2002).

Esta teorização nos remete à utilização da história oral temática, caracterizada como tendo sua centralidade na opinião dos colaboradores e colaboradoras na explicitação de um evento definido (MEIHY, 2002). Portanto, para nosso estudo tem-se como fonte a memória dos militantes, que constituíram o Movimento Negro na cidade do Rio de Janeiro, na década de 1980, e os desdobramentos de uma pedagogia denominada de multirracial, cujo as bases e problematizar o racismo como se situa na educação no Brasil.

⁵ A atuação do NEN em termos educacionais e na proposição de uma pedagogia para este fim foram temas da tese de doutorado, defendida na Universidade Federal do Ceará.

Assim, caracteriza-se a abordagem da memória como fonte de conhecimento, que contribui na melhor apreensão da luta dos movimentos e dos atores sociais, que impulsionaram suas proposições na perspectiva de mudanças estruturais, a partir de suas próprias falas.

Considerando-se isso, toda a experiência humana se torna fonte de conhecimento e envolve todo um contexto social e cultural, por isso segundo Meihy (2002), a história oral pretende ser um campo multidisciplinar onde, independentemente das várias tradições disciplinares, diferentes linhas de trabalho tenham um território para o diálogo sobre maneiras de abordagem das entrevistas e campo de troca de experiências.

Segundo Moraes (1999, p.35) "História Oral" é termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar, assim "A entrevista gravada não é apenas a simples gravação de um relato de fatos, mas traz na fala, a memória de vida, lutas, conquistas levando a reflexão da vida, do acontecido tornando-se assim, uma que levanta questões".

Neste sentido, a centralidade está em reconstituir a memória, a partir dos relatos orais e de materiais escritos destes militantes negros e negras, de forma que os depoimentos pessoais venham a contribuir para a reelaboração da história da educação do negro. Assim como, a partir destas memórias desvendar a organização e atuação política, com vistas a compreender o pensar e o fazer pedagógico das organizações negras, que nomearam suas pedagogias como possibilidade de intervenção nos sistemas de ensino no Brasil.

É preciso discutir, ainda, que as lembranças são fragmentos, pois à medida que ocorrem na vida das pessoas os fatos são desconexos e sem sentido. A construção de uma narrativa é histórica e culturalmente constituída. Exige uma lógica, um sentido e, conseqüentemente, leva o depoente a pensar, reelaborar e reorganizar sua fala, e ao mesmo tempo seus sentimentos, buscando dar a isso um sentido no presente. Sobre estas observações Couto (2003, p. 418) escreve:

São elaborações da memória tratando do passado no presente, sem deixar de lado elementos de projeções e expectativas do futuro no presente. Quando um sujeito recorda fatos de seu passado e interpreta-os no presente, essa interpretação não diz respeito somente ao que aconteceu, mas também à maneira como ele gostaria que tivesse sido, e isso tem um significado profundo em sua vida e em sua percepção das possibilidades existentes no futuro.

Neste sentido, pensar a questão da memória é pensar as pessoas, suas lutas, militâncias, resistência, manifestações culturais. Trabalhar a memória de militantes negros e negras significa desvendar caminhos, trajetos e potencialidades de uma parcela influente na história e cultura do país, é contribuir para outra interpretação do que seja a história e cultura de base africana no Brasil.

Significa, pois, desvelar a memória dos militantes negros e negras, para a recuperação de sua história individual, como também a recuperação da história coletiva do seu grupo racial, fazendo da lembrança não apenas como uma atitude individual, mas com aspecto muito significativo a sua dimensão social (COUTO, 2003). Assim, os sujeitos, ao recordarem, lembram individualmente, mas suas lembranças estão carregadas de experiências sociais compartilhadas por outros sujeitos, uma vez que a vivência, ainda que individual é, sobretudo, uma experiência social.

A perspectiva é demonstrar que, em sua trajetória de constituição, a população negra, independente do silêncio histórico, contribuiu em suas diferentes formas de organização com o desenvolvimento de proposições educativas voltadas para o combate ao racismo no sistema de ensino brasileiro, com especial atenção a cidade do Rio de Janeiro e o pensamento educacional de Maria José Lopes da Silva para sua efetivação.

Rio de Janeiro: organizações negras emblemáticas

No Rio de Janeiro, para formular o quadro da organização do Movimento Negro, a partir da década de 1970, o diálogo foi forjado com personagens importantes para entender essa trajetória e os desdobramentos da luta política antirracista, com depoimentos de: Ivanir dos Santos, secretário executivo de Centro de Populações Marginalizadas (CEAP)⁶; Amauri Mendes, fundador do SINBA⁷; e Maria José Lopes da Silva, precursora da pedagogia multirracial.

Assim, no ressurgimento do MN no Rio de Janeiro, observa-se que grande parte das iniciativas no sentido da retomada da luta contra a discriminação racial são permeadas pela vigilância dos aparelhos repressivos. Com isso a questão cultural será muitas vezes enfatizada mais do que diretamente a questão racial, como estratégia para driblar a ditadura existente.

⁶ O CEAP é uma organização não governamental fundado em 1989, cuja finalidade é combater a discriminação racial e promover a defesa dos direitos humanos dos grupos marginalizados.

⁷ Sigla de Sociedade de Intercâmbio Brasil-África, uma das entidades pioneiras neste período.

Nesse quadro, o que se pode caracterizar na década de 1970 é o movimento voltado à promoção da autoestima, a partir de elementos estéticos e culturais. Neste sentido, indica-se um dos primeiros espaços o Museu de Arte Moderna (MAM) referência para estes debates através da exibição de filmes, cuja temática visava à promoção de uma identidade positiva do negro, a partir das influências norte-americanas, africanas e da resistência ao passado do escravismo criminoso (MONTEIRO, 1991).

Esta movimentação estava articulada, ainda, pela influência do movimento *soul*⁸, que surge na década de 1960 e ganha ampla repercussão como manifestação associativa no meio de jovens negros dos grandes centros urbanos. Este movimento atravessa os anos 70, e contribuiu para muitos militantes do MN obterem uma consciência mais ampla da luta racial do que apenas seu viés cultural (VIANNA, 1988).

Nos anos seguintes, o MN premido em avançar para além das manifestações de cultura, procura evidenciar as desigualdades sociais existentes entre negros e brancos, o que leva ao surgimento de várias organizações, cuja finalidade era tematizar a miséria e a marginalização dos negros no Brasil. Foi um momento de efervescência, de necessidade de uma maior politização das atividades, das ideias de participação política dentro dos canais tradicionais contra o regime militar, como os partidos políticos (SANTOS, 2005).

Os depoimentos e os documentos sobre a trajetória do MN carioca são unânimes em apresentar como as principais referências⁹: o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras - IPCN, a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África - SINBA, o Grupo de Trabalho André Rebouças, o Centro de Estudos Afro-Asiático- CEAA, o Movimento Negro Unificado - MNU, entre outros, que vão do espaço político ao espaço da academia discutindo as relações raciais na antiga capital federal.

Considero importante ressaltar neste momento que o que vimos são entidades consideradas emblemáticas, que povoam o universo teórico e de memória do movimento negro. No entanto, deve-se reafirmar que são frutos de processos de grupos e organizações anteriores, que vão reunir-se para celebrar mais também esporadicamente protestar, como é o caso das escolas de samba, clubes recreativos, irmandades e terreiros.

⁸ No Brasil tem-se o movimento *Black soul* que vai se constituir numa nova abordagem artística tendo como referência a herança cultural africana, a afirmação da negritude a partir das roupas e músicas vindas da cultura negra americana, mas também dos grupos locais como os *Goldens Boys*, Tony Tornado entre outros (VIANNA, 1988).

⁹ Para maior aprofundamento sobre as organizações do Movimento Negro carioca, ver: Monteiro (1991), Lima (2009).

Neste sentido, gostaria de ressaltar a participação das mulheres negras neste universo de lutas por direitos sociais da população negra, no Rio de Janeiro. Conforme escreve Coeli (2007), as mulheres negras aparecem na cena política, primeiramente reivindicando visibilidade para suas demandas políticas específicas e contra o racismo. Indica que:

Essa luta teve definitivamente associada ao nome de Lélia Gonzalez, Neusa das Dores, Maria José, Adélia de Azevedo, Pedrina de Deus, Sandra Bello e outras. Essas mulheres exerceram inegáveis lideranças e desenvolveram papéis de grande importância na década de 80, que se refletem até os dias atuais.

Como se pode notar algumas destas mulheres contribuíram na organização de várias entidades do Movimento Negro do Rio de Janeiro, como o IPCN e o Grupo André Rebouças. A referida autora vai anotar que:

Os primeiros grupos de mulheres negras eram reuniões públicas, se reuniam uma vez por semana no espaço cedido pelo IPCN, qualquer mulher podia participar, desde que fosse mulher negra. Muitas dessas mulheres eram dotadas do saber popular trazido de sua ancestralidade africana, que falava em determinados momentos mais fortes.

Assim, conforme salienta Silva (2014, p. 17) na literatura tende-se a classificar o movimento de mulheres negras como algo homogêneo, no entanto ela evidencia inúmeras “abordagens políticas e ideológicas permeando grupos e lideranças”. Assim, este universo serve de pano de fundo para o surgimento de proposições educativas voltadas para a educação brasileira, nominada aqui de pedagogia Multirracial.

Maria José Lopes e a Pedagogia Multirracial

Maria José Lopes da Silva nasceu no Rio de Janeiro, capital, no dia 30 de novembro de 1945, vindo a falecer no dia 28 de julho de 2013, nesta mesma cidade. Sua formação acadêmica foi graduação em Letras e mestrado em linguística, ambos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atuou como educadora nas redes de ensino municipal e estadual na cidade do Rio. Foi personalidade marcante em toda a década de 1980 e 1990 nas ações de discussão do combate ao racismo nas redes de educação. Sendo pioneira na introdução do tema da cultura negra a partir das artes, e responsável pela elaboração de um conceito de pedagogia racial na cidade do Rio de Janeiro.

A pedagogia multirracial aparece no bojo da mobilização negra, experimentada desde a década de 1970, no sentido de reconfigurar a luta antirracista em outros termos, onde a educação aparece como um eixo norteador. Maria José está na confluência destes eventos, além de sua participação na retomada do MN carioca, ela relata sua preocupação com o campo educacional, e aponta elementos fundamentais para o processo de constituição de uma pedagogia diferenciada.

Segundo ela no Rio de Janeiro, as várias formas de organização do protesto negro, vão contribuir em configurar o rearranjo desta luta social por direitos coletivos na década seguinte. Pois, a década anterior (os anos 60) marca um momento de encontros e debates sobre as relações raciais, tendo o movimento estudantil como referência. Maria José da Silva (2005) assim comenta:

Porque a rearticulação do Movimento Negro no Rio de Janeiro anos 60, 70 não se constitui em organização de início, se constitui em discussões, tentar juntar o que tava disperso [...] tava tudo disperso [...] o próprio Abdias tava exilado[...] a geração dele não tava aí fazendo interlocução com a gente [...] nós éramos uma geração que não tínhamos tido militância de movimento negro, nós tínhamos dezoito anos, eu tinha 18 anos, em 64[...] então nós todos vínhamos de uma militância estudantil, era nossa experiência.

Nesse cenário inicial, Maria José da Silva identifica um conjunto de trabalhos que chega as suas mãos debatendo sobre a realidade dos negros no Brasil. Assim como, de movimentos e espaços, que contribuem para formar uma consciência crítica, que vai abrindo caminhos para a necessidade de uma ação mais qualificada sobre as relações raciais no Brasil.

[...] eu tava atenta as questões raciais¹⁰ e tinha informação sobre as questões raciais, lia trabalhos de Abdias, já tinha me caído em mãos. Eu tava atenta com o Movimento Negro americano, movimento de resistência, Black Power [...]o trabalho de Angela Davis¹¹ nos Estados Unidos, daquelas lideranças negras americanas [...] e a gente tava atento a essas coisas, a gente frequentava clube de negros, havia o chamado Renascença¹², que existe até

¹⁰ Questão racial é um discurso recorrente na fala dos militantes do movimento negro, segundo aponta Cunha Júnior foi apropriado dos debates da sociologia dos anos 50, quando se discutia ou não a existência do racismo no Brasil. Além disso, neste período outros temas serão levantados como a questão urbana, a questão indígena, etc. Neste estudo a questão racial deve ser entendida como o universo dos movimentos sociais que lutam pelos direitos da população negra e pela eliminação do racismo. Esta expressão será mantida como tal apenas quando aparecer na fala dos entrevistados.

¹¹ Militante comunista e integrante dos Panteras Negras, na década de 70. Professora e filósofa destaca-se pela defesa dos direitos das mulheres e contra a discriminação racial e social nos Estados Unidos

¹² Segundo se lê no trabalho de Silva (2006, p. 287), "... o Renascença Clube constituiu-se em uma das grandes iniciativas dos negros da cidade [RJ] ao se organizarem através do lúdico cultural. Em mais de meio século de existência, o Renascença Clube passou por diferentes diretorias, que emprestaram a ele diferentes identidades".

hoje, e que naquela época era um clube que fazia, tinha uma resistência[...] a gente frequentava esse clube, ia aos bailes, frequentava vida social daquele clube (SILVA, 2005).

Neste sentido, a identidade racial ganha expressão e processos complexos com a sociedade abrangente, deixando evidente com isso que: “Nenhuma identidade é construída no isolamento. Ao contrário. É negociada durante a vida toda por meio do diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com os outros” (GOMES, 2006, p. 21). Assim, o campo familiar sem dúvida aparece como o primeiro momento que chama a atenção para as barreiras enfrentadas na condição de negro/a, numa sociedade que escamoteia os conflitos decorrentes de um pertencimento racial. Esta consideração também perpassa pelo depoimento de Maria José. Relata:

Pra mim eu diria que tudo somou, mas tenho que reconhecer, dar o crédito a minha família, porque não foi o movimento, tem muita gente que se descobriu no Movimento Negro (MN), eu mesmo fui contemporânea de vários companheiros e companheiras que despertaram a sua consciência ali no MN, não foi o meu caso. Eu acho que realmente a consciência primeira eu tomei no seio familiar, e olha que coisa interessante, eu sou oriunda de uma família de mulatos, mas que não se auto classificam como mulatos, eu nunca ouvi uma palavra na minha casa... (SILVA, 2005).

Assim, em sua trajetória para Maria José o processo primeiro, para o pensamento de uma pedagogia, liga-se à sua prática profissional, como professora municipal e estadual, o que a leva a perceber no espaço da escola uma trajetória de exclusão e elevada reprovação de alunos negros(as), e em consequência a falta de discussão sobre estas questões e as relações raciais. Portanto, vai refletir que a Escola pública, por ser determinada e determinante, poderia ser um espaço de luta nas transformações sociais que o povo brasileiro exige.

O processo primeiro foi a minha prática, a minha prática educacional, eu era professora do estado e do município e lidava com comunidade popular o tempo todo. E me vi diante de alunos negros que eram reprovados como moscas, absolutamente reprovados, não tinham menor sucesso, a gente reprovava assim com tranquilidade. Eu me lembro que os conselhos de classe, esse aluno tá reprovado e ninguém discutia porque, como, como e que a gente ia recuperar...era um negócio, era uma fábrica, como até hoje de exclusão, e com uma falta de sensibilidade do professorado muito grande, o professorado ele reprovava e não parava para pensar porque ele tava reprovando, ele não para pra perceber que na verdade não é o aluno que está reprovando, e ele que está se auto reprovando...o professor não tem esta sensibilidade, não tem esta percepção (SILVA, 2005).

Para ela, uma das dificuldades mais sérias reside sobre a realidade educacional brasileira, a ausência de subsídios para desencadear tal discussão entre os professores. Procura chamar a atenção para que valores culturais demarcam este sistema, tendo em vista que “a cultura assim reproduzida é a cultura dos grupos privilegiados, branca e eurocêntrica, o êxito escolar será função do capital humano adquirido por meio de uma pedagogia implícita”. Pedagogia cujo arcabouço reforça, assim, “as desigualdades étnicas, culturais e sociais em lugar da igualdade de oportunidades” (SILVA, 2002, p.27).

O segundo elemento para se pensar uma pedagogia multirracial, foi a partir de uma experiência pessoal enquanto aluna negra nos sistemas de ensino particular, lugar de pouquíssimo ou nenhuma presença negra naquele momento no Rio de Janeiro. Esta vivência de ser “rigorosamente vista, observada, eu não era acalentada, eu não era acarinhada, eu nunca tomei um carinho de uma professora” (cf. entrevista concedida) contribuiu para pensar em mudanças no currículo e na escola em relação aos negros. Diz ela:

Uma foi a minha própria vivência como aluna dentro de sala de aula, que foi muito dura minha trajetória, foi muito dura, até porque minha família, imaginado me dar o melhor, apesar do que falei antes, que fui de uma geração que a escola pública era considerada melhor, mas a minha família sempre querendo me dar o melhor, do melhor, me colocou na escola particular [...] as professoras tratam as crianças na escola pública como filhos, acaricia e botam no colo e dão beijinho, eu, por exemplo, nunca, tive essa experiência e foi assim pelo antigo ginásio (SILVA, 2005).

Terceiro elemento que completa esse processo de elaboração, é a politização a partir da participação partidária de esquerda e na militância negra:

[...] evidentemente, que eu me politizei, e aí entra o Movimento Negro como um momento de politização na minha vida, de perceber o seguinte porque a esquerda, a esquerda convencional, nos discutíamos muito educação, sobre a ótica da esquerda eu discuti muitos autores, quer dizer, eu recebi essa informação também. Mas acontece que com um viés do Movimento Negro, um outro tipo também de crítica perpassou também esse discurso de esquerda que eu tinha de educação, que era o discurso progressista, etc. e tal. Eu fui percebendo que o discurso de esquerda clássica, as classes populares, elas não têm cor, não elas não têm cor, então a questão do racismo, ela não se colocou de maneira clara, contundente e já no discurso do MN, quando o MN formula as suas diagnoses sobre a situação do aluno negro na sala de aula, era um viés totalmente novo, há um viés totalmente outro, eu me aproprio deste aparato... (SILVA, 2005)

Assim argumenta que o compromisso com as classes trabalhadoras, de onde vem a maioria dos alunos da escola pública, obriga a explicitar os mecanismos de que se valem os donos do poder para mascarar a discriminação racial, quando pretendem vincular emprego e escola de modo imediato. Não há como analisar o sistema educacional brasileiro sem desmistificar o modelo econômico altamente concentrador e excludente vigora em países periféricos como o Brasil.

Por outro lado, essa argumentação terá reforço a partir da experiência educacional que a colaboradora adquiriu nos países em processo de descolonização da África, como Angola e Moçambique. Processo que alimenta a discussão, no dizer de Fanon (1996), sobre o estatuto colonial, e sua consequência no projeto de libertação:

A minha passagem pela sala de aula na África porque eu fui trabalhadora de educação em países africanos de língua portuguesa e durante os anos de reconstrução da África e aquele tipo de sala de aula me ajudou muito [...] Eu estava trabalhando basicamente com alunos negros recém-saídos de um processo colonial e que, veja bem, que a África pra eles nem existia no currículo porque eles não eram africanos, eles eram portugueses, meus alunos moçambicanos até dois anos atrás em relação ao tempo que fui trabalhar, fui trabalhar logo em 75, 76 em cima da libertação, da independência, eles nem eram africanos, não se colocavam pra eles essa questão, eles eram portugueses. Então, eu fui trabalhar com esse tipo de material, e pude perceber o que é uma mente colonizada[...] (SILVA, 2005).

A depoente ressalta ainda que a experiência de dirigir um projeto¹³ na rede municipal do Rio de Janeiro, em 1982 foi outra influência determinante para o seu trabalho. Assim, percebe-se a necessidade de se trabalhar na construção da identidade do brasileiro, com especial atenção ao patrimônio cultural e histórico alicerçados em padrões civilizatórios africanos.

É de fundamental discutir que os valores africanos de cultura estão presentes tanto na religião, quanto nas artes, na organização social, na história e na visão de mundo dos brasileiros. As culturas negras estão profundamente internalizadas no “inconsciente coletivo” do homem brasileiro, independente de raça, cor, ou classe social. A maneira de ser, de pensar e agir do brasileiro reproduz, em muitos aspectos, o modelo cultural e comportamental dos

¹³ Título: Projeto Zumbi dos Palmares, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação do RJ. Conforme se lê em Ferreira (1987, p. 72): “O projeto tem como objetivo: deflagrar um processo de reconhecimento da cultura afro-brasileira como parte integrante da política cultural da Secretaria de Educação, de modo a promover a incorporação do saber emanado desta cultura no currículo escolar”. Neste mesmo documento temos a informação de que o projeto atingiu, até 1986, 100 escolas e 42 CIEPS (Centros Integrados de Educação Pública).

africanos. A própria língua que falamos é um português africanizado e/ou um aportuguesamento das línguas e falares africanos (SILVA, 2002, p.30).

Este aspecto civilizatório é bastante ressaltado nos documentos da Pedagogia Multirracial, tendo em vista que os debates em torno da “cultura nacional” se têm caracterizado pelo recalçamento do processo civilizatório levado a cabo no continente africano.

Na formulação dos argumentos para a Pedagogia Multirracial, os campos de conhecimentos que a informam vão se apresentando ao longo do processo de produção. No início o debate girava em torno do multiculturalismo, teoria com mais evidência naquele momento. De suas diferentes vertentes, Maria José se alinha mola mestre ao combate às desigualdades raciais, o multiculturalismo crítico (MCLAREN, 1997). Do ponto de vista da educação popular como um elemento importante na estrutura da pedagogia multirracial, terá como aporte o trabalho de Paulo Freire, em conjunto com o processo de educadora em África, Maria José (2005) nos conta:

O Paulo Freire também foi importantíssimo nessa formulação. A minha passagem pela sala de aula na África porque eu fui trabalhadora de educação em países africanos de língua portuguesa e durante os anos de reconstrução da África e aquele tipo de sala de aula me ajudou muito[.] Então, veja bem, eu trouxe o Paulo Freire, pois o Paulo Freire nesta época tava andando na África também, ele tava na Guiné Bissau, e a gente tinha notícias dele trabalho na Guiné Bissau, e eu me lembro que o trabalho dele na sua experiência na Guiné Bissau, esse trabalho veio parar nas minhas mãos [...] a sala de aula dele que não era muito diferente da que eu tinha em Moçambique, mas como ele tava lidando lá com aquela realidade, como nós estávamos lidando aqui, então tudo isso somou, entendeu (Id., 2005).

No Brasil, diferentes frentes e estudiosos do MN contribuem para este referencial. Reconhecer tais autores como importantes no processo de elaboração da pedagogia multirracial, possibilita entender a escola como um campo de batalhas políticas. No entanto, Maria José (2005) vai chamar à atenção que estes estudos não são suficientes, para moldar as bases da pedagogia pretendida, em função dos seus limites como respostas às demandas colocadas pelo movimento negro naquele momento.

[...]então a Pedagogia Multirracial foi uma tentativa de romper com esse silêncio, tentar dar uma resposta ao professor que no campo estava me cobrando isso, e me cobra até hoje, que eu continuo fazendo este trabalho, hoje em dia eu presto consultoria a várias secretarias de educação pelo Brasil

inteiro nessa área, e o professor quer, ele quer saber como é que ele entra na sala de aula, como é que ele vai trabalhar. A gente então, eu fui instada, eu fui desafiada a tá pensando uma proposta, uma proposta concreta.

Com isso, vai indicar como estruturante para a pedagogia multirracial um autor que considera de fundamental importância no coroamento que buscava situar sua proposta pedagógica, a figura de Molefi Asante¹⁴. Seu debate crítico gira na discussão do afrocentrismo, cujo foco é “corrigir o sentido de lugar da pessoa negra e de outro tecemos a crítica do processo e extensão do deslocamento criado pela dominação cultural, econômica, e política pela Europa” (ASANTE, 2009). Como dialoga Maria José (2005):

[...] eu acho que o Molefi Asante, ele vai dar um coroamento interessante ao que eu tava buscando, ainda que eu não comungue com o Molefi em tudo. Pois, quando ele deixa de ser uma teoria pra ser uma religião, por exemplo, daí não tô com ele... assim não é meu guru, mas é uma referência importante. [...] porque eu acho que o Molefi mexe numa coisa que nenhum desses multiculturalistas brancos mexeu, ele mexe com paradigmas, quando ele diz não tem que ser eurocêntrico, tem que ser afrocêntrico, muda tudo... tem que ser afrocentrismo e não eurocentrismo.

Alicerçada por todas estas referências a pedagogia multirracial aponta como pontos fundamentais para seu desenvolvimento, combater a democracia racial, ter a escola como um espaço de superação das desigualdades raciais, seja do ponto de vista de seus conteúdos, das metodologias educacionais até aos processos de avaliação. A Pedagogia Multirracial implica, portanto:

- 1) Trabalhar o patrimônio cultural e histórico dos grupos étnicos excluídos numa perspectiva transdisciplinar, ou seja, em cada um dos componentes curriculares, “pois é através do universo simbólico que a escola mantém os valores racistas da sociedade abrangente;
- 2) Incluir nos currículos do pré-escolar ao segundo grau, nos currículos dos cursos de formação de professores (antigo Normal), nos currículos do ensino de jovens e adultos (suplência), nos currículos das faculdades de educação e demais licenciaturas, o saber fundamentado nos referências do povo brasileiro, sem excluir nenhuma contribuição (SILVA, 2002, p.31).

Para elaborar os fundamentos que norteariam a PM, Maria José vai contar com a contribuição de um grupo de pessoas, pois vai perceber as dificuldades em elaborar um leque muito grande de conhecimentos. Vai contar com a colaboração de Maria Filomena Rego,

¹⁴ Molefi Kete Asante é americano, doutor em Comunicação pela Universidade da Califórnia, fundador da teoria afrocentrista.

ligada à área de formação de professores e que já discutia algum tempo sobre educação e ideologia. Vai chamar Maria Lúcia de Carvalho, que veio ajudar a pensar a pedagogia na área da alfabetização e Joana Angélica, cuja área era arte e educação com enfoque no trabalho comunitário.

Lembra, no entanto que a proposta da pedagogia multirracial se pretende mais ampla e radical, pois pressupõe dar respostas as desigualdades raciais percorrendo dos conteúdos a forma de avaliação, elementos que percebe não está presente na proposta de Cruz:

Eu acho que é uma pedagogia que tem que explicitar, essa pedagogia tem que explicitar os mecanismos através dos quais os negros são sistematicamente excluídos, não apenas da escola, mas da esfera de poder e de riqueza desse país. Primeiro ponto isto tem que ser explícito nesta pedagogia, esta pedagogia tem que ter este compromisso do entendimento e da desconstrução da democracia racial, ponto primeiro ta. E criar mecanismos pra que possamos através da escola estarmos trabalhando e superando estas desigualdades, seja do ponto de vista dos conteúdos, dos conteúdos educacionais, das metodologias educacionais, dos processos educacionais, da avaliação, entendeu. Que na minha pedagogia trata a questão da avaliação, eu to preocupada com isto, que a avaliação é um momento do processo de aprendizagem determinante da discussão dos negros, o processo de avaliação tão mascarado, se escreve quilos e quilos sobre avaliação, mas não se mexe nesta questão, nesta articulação perversa entre a avaliação e exclusão social (SILVA, 2005).

Em 1989, os fundamentos desta proposta são divulgados, onde o documento da Pedagogia Multirracial apresenta-se em dois grandes tópicos. No primeiro trata dos Fundamentos Teóricos da Pedagogia Multirracial, onde se subdivide em: redação de objetivos e perspectivas, redação dos fundamentos filosóficos e metodológicos, revisão e organização. O segundo tópico destina-se à chamada parte específica. Nesta parte equipes de educadores e educadoras organizam propostas de reflexão e intervenção por áreas específicas, a saber: alfabetização, curso de Formação de professores, ensino Supletivo, História e Integração social. Ainda há mais duas equipes neste tópico responsáveis pela revisão e organização das referências bibliográficas.

A colaboradora vai situar que a Pedagogia Multirracial é uma proposta datada, já que não foi incorporada nos processos escolares no Rio, apesar de um forte impacto a partir do projeto Zumbi dos Palmares, tornando-se uma referência para outros lugares onde fora apresentada, muito especialmente na cidade de Florianópolis/SC¹⁵.

¹⁵ A pedagogia multirracial foi apresentada em Santa Catarina pela primeira vez no I Encontro Estadual Negro e Educação, realizado pelo NEN, em 1994.

Considerações finais

O caminho inicial traçado pela construção da pedagogia no Rio de Janeiro, deixa algumas questões a serem desde já consideradas. Uma delas é que a conjuntura em que esta pedagogia aparece faz com que se reafirme esta proposição direcionada aos sistemas de ensino, como uma possibilidade em problematizar o cotidiano escolar marcadamente eurocêntrico. Por quais caminhos? Penso que pela profunda discussão da cultura negra, seus valores e repertórios culturais que foram sendo elaborados na trajetória dos africanos e seus descendentes.

Ao mesmo tempo, sem a preocupação de ampliar o foco de uma pedagogia que se denomina “multi”. Para seus formuladores, devido ao momento histórico era de fundamental importância afirmar o caráter de combate ao racismo, a partir de uma intervenção nos espaços educacionais. Segundo pudemos acompanhar, uma intervenção que fosse propositiva, já que pelo entendimento dos formuladores da pedagogia multirracial, esse período fora marcado pelo diagnóstico dos efeitos negativos do racismo sobre a educação. Portanto, se fazia mister produzir um instrumento que subsidiasse todos aqueles que entendiam o desafio do combate às desigualdades raciais.

A pedagogia multirracial a partir das reflexões feitas por Maria José e seu acompanhamento dos debates teóricos da época, faz com que procure centra-se na radicalidade proposta pelo afrocentrismo, discussão pouco ainda presente na cena do movimento negro local. Assim, parece que com o avançar dos anos, esta postura diante dos variados processos de compreender a cultura vai afirmando o universo de pressupostos teóricos, políticos e culturais que informam a concepção da pedagogia multirracial. Assim olhando-se hoje se pode perceber que os fundamentos que dão bojo a pedagogia multirracial, podem ser considerados ainda intenções a serem seguidas para mudança dos paradigmas educacionais naquele momento.

Outra questão a ser perseguida é como uma proposta ousada a época não circula com maior vigor dentro do próprio movimento negro? Além das pistas que levantei anteriormente, como a ligação de Maria José e outros integrantes do grupo com participantes de uma bandeira partidária específica. Há ainda o afastamento de Maria José do movimento negro carioca. Por razões que não poderei discutir aqui em função da solicitação da própria colaboradora.

No entanto, percebe-se quanto esta pedagogia marcou e marca os escritos, a prática e a vida de Maria José, pois se tem um esforço de ampliar o alcance da pedagogia multirracial a outros tantos lugares. Maria José traz na sua reflexão o papel instigante que a proposta multirracial busca introduzir, numa conjuntura onde se fomenta a busca de novos paradigmas, de novas formas de pensar a educação, tendo o combate ao racismo como central para modificar as relações sociais no Brasil.

Referências

- ASANTE, Molefi. Afrocentricidade: notas sobre uma proposição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa. L. **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica e inovadora. Tradução Carlos Alberto Medeiros. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 93-110.
- COELI, Regina. **Gênero, sexualidade e direitos humanos**. Disponível em <http://reginacoelibs.blogspot.com/2007/07/aparecimento-em-cena-das-mulheres.html>. Acessado em 05/11/2008.
- CUNHA JÚNIOR, Henrique. Pesquisas educacionais em temas de interesse dos afrodescendentes. In: LIMA, I. C. (Org.). **Os negros e a escola brasileira**. Nº 6, Florianópolis: NEN, 1999. p. 8-18.
- FANON, Franz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- FERREIRA, Vanda de Souza. Projeto Zumbi dos Palmares. In: **Cadernos de Pesquisa: Raça negra e educação**. Nº 63. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, novembro de 1987. (p. 72-73).
- HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2ª edição, Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.
- FENELON, Dea. Pesquisa em História: perspectivas e abordagens. In: FAZENDA, Ivani. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo, Cortez, 2000.
- GARCIA, Regina Leite. **Para quem pesquisamos**. Para quem escrevemos: o impasse dos intelectuais. São Paulo: Cortez, 2001.
- GOMES, Nilma L. **Sem perder a raiz**: corpo e cabelo como símbolo da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- LIMA, Ivan Costa. **Uma proposta pedagógica do Movimento Negro no Brasil**: Pedagogia Interétnica, uma ação de combate ao racismo. 2004. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.
- MATOS, Maria Aparecida. Grucon: ação pedagógica Valandi ou Chilingu? In: NEN. **Os negros e a escola brasileira**. Florianópolis/NEN, Nº 6, 1999. (Série Pensamento Negro em Educação). p. 55-65.
- MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo crítico**. Trad. Bebel Orofino. São Paulo: Cortez, 1997.
- MUNANGA, Kabengele. (Org.) **Estratégias de Combate à Discriminação Racial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência, 1996.
- MEIHY, José C. Sebe Bom. **Manual de história oral**. 4 ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- MONTEIRO, Helen. **O ressurgimento do movimento negro no Rio de Janeiro na década de 70**. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1991.

- SILVA, Ana C. **A discriminação do negro no livro didático**. Salvador: CED, 1995.
- SILVA, Joselina da. **Renascença, lugar de negros no plural**. 2000. Construções identitárias em um clube social de negros no Rio de Janeiro. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais). Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.
- _____. Clubes sociais negros do Rio de Janeiro. In: VASCONCELOS, J. G. (Org.). **Interfaces metodológicas na história da educação**. Fortaleza: UFC Edições, 2006.
- SILVA, Petronilha B. G.; BARBOSA, Lucia M. de Assunção (Org.). **O Pensamento negro em educação no Brasil**: expressões do Movimento Negro. São Paulo: UFSCAR, 1997.
- SILVA, Joselina.; PEREIRA, Amauri M. **O movimento de Mulheres Negras**: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala, 2014.
- SILVA, Maria José Lopes da. Pedagogia multirracial. In: LIMA, Ivan Costa (Org.). **As ideias racistas, os negros e a educação**. Florianópolis/NEN, nº 1, 2002. (Série Pensamento Negro em Educação). p. 10-18.
- _____. Educação e descolonização mental. In: **Encontro Nacional Afro-Brasileiro**. Rio de Janeiro. Anais. Universidade Cândido Mendes, 1982.
- ROMÃO, Jeruse (Org.). **História da educação dos negros e outras histórias**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Brasília: MEC/SECAD, 2009.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Educação infantil: classe, raça e gênero. In: **Cadernos de pesquisa**. São Paulo, n. 96, 1996.
- VALE, Ana Maria do. **Educação popular na escola pública**. SP, Cortez Editora, 1996. (Coleção questões da nossa época).
- VIANNA, Hermano. **O mundo funk carioca**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

Fontes Orais

- SANTOS, Ivanir dos. [50 anos]. [jul. 2005]. Entrevistador: Ivan Costa Lima. Rio de Janeiro, 02 jul. 2005.
- SILVA, Maria José Lopes da [60 anos]. [jul. 2005]. Entrevistador: Ivan Costa Lima. Rio de Janeiro, 11 jul. 2005.

Recebido em: 10 de março de 2017.

Aprovado em: 15 de outubro de 2017.